

Levantamento de experiências de preservação e manutenção de áreas verdes no Rio de Janeiro por populações de assentamentos populares e favelas.

SESSÃO TEMÁTICA: DIREITO À PAISAGEM
CATEGORIA: ARTIGO ACADÊMICO CIENTÍFICO

Autor: Leslie Loreto Mora Gonzalez
Doutoranda pelo PROURB - UFRJ
leslieloreto@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem como objetivo apresentar, de maneira geral, experiências no Rio de Janeiro provenientes de práticas sociais de seus moradores, que realizem ações de preservação e manutenção de áreas verdes em favelas e assentamentos populares na cidade. Procura destacar as maneiras como essas populações se articulam em torno do direito à paisagem. Partindo da noção de Sistemas de Áreas Livres e, mais objetivamente, de áreas verdes de Magnoli (1982), Macedo et al (2018) e Tângari (2022), busca-se compreender a pluralidade de ações em torno da defesa e manutenção das áreas verdes que é empreendida por essas populações nos territórios complexos das favelas e assentamentos populares no Rio de Janeiro.

PALAVRAS-CHAVES: favelas; áreas verdes; direito.

ABSTRACT

This article aims to present, in general, experiences in Rio de Janeiro arising from the social practices of its residents, who carry out actions to preserve and maintain green areas in slum and popular settlements in the city. It seeks to highlight the ways in which these populations articulate around the right to landscape. Starting from the notion of Free Area Systems and, more objectively, green areas by Magnoli (1982), Macedo et al (2018) and Tângari (2022), we seek to understand the plurality of actions surrounding the defense and maintenance of areas green areas that is undertaken by these populations in the complex territories of slum and popular settlements in Rio de Janeiro.

KEYWORDS: slums; green areas; right.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de projeto de pesquisa de doutorado que pretende mapear áreas verdes em assentamentos populares e favelas¹, tomando como ponto de partida aquelas que possuam

¹ Usaremos neste artigo os termos **favelas** e **assentamentos populares** tendo em vista o resultado recente de seminário organizado pelo IBGE com a presença de lideranças dos movimentos sociais urbanos e pesquisadores, cujo encontro sistematizou uma série de termos que definem melhor a pluralidade do que antes era denominado como “**agrupamentos subnormais**” pelo Censo e por aquele Instituto. Dentre os vários termos listados escolhemos esses dois como os que melhores sintetizam essa pluralidade.



uma participação ativa e organizada da população em torno de preservação, manutenção ou mesmo recuperação de suas áreas verdes, na cidade do Rio de Janeiro. Neste artigo apresentaremos o levantamento inicial dessas experiências.

Ao longo de anos a ação, e conseqüentemente a pesquisa, de urbanistas e paisagistas em torno das favelas e assentamentos populares aborda prioritariamente a questão habitacional. Dentro do próprio campo do urbanismo, cidade e habitação aparecem ligadas umbilicalmente por diversas razões, primordialmente históricas e sociais, pois nascem como fenômeno conjunto conforme afirmam os autores da Escola de Chicago (Velho, 1967).

O fenômeno favela aparece como o que se convencionou nomear parte das ocupações populares em diversas e distintas cidades, principalmente nas capitais dos Estados: Recife, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e, conforme Valadares (2005), sua compreensão e noção ao longo dos anos foi “inventada” (Valladares, 2005).

Já a partir da década de 60 os estudos de urbanismo no Brasil, como a pesquisa da SAGMACS (1960), Maricato (1982), Kowarick (1983) e Valadares (2000), voltam seu olhar para a produção do habitat pela classe trabalhadora, focando a reflexão em favelas e assentamentos populares para suas formas de criação, de existência, de manutenção e numa possível superação das condições de precariedade desses assentamentos, através da moradia. Alguns deles, pauta-se na autoconstrução e no reconhecimento desta como um processo perverso de rebaixamento dos salários associado à convivência (e ausência) de um Estado frente à necessidade de moradia da esmagadora maioria da população urbana, como Kowarick (1983).

Esse olhar focado na questão habitacional priorizava o papel do estado na “intervenção” em relação à favela, fazendo com que o pensar e refletir sobre assentamentos populares fosse visto através da lente deste, com todas as formas de leitura produzidas ao longo de décadas de urbanização acelerada. Na cidade do Rio de Janeiro passamos pela prática da erradicação, pela remoção, pelo despejo acompanhado de (insuficiente) provisão de novas habitações em assentamentos periféricos e distantes do lócus inicial da favela, pelo reassentamento, pela urbanização e pela reurbanização (Valladares, 2000) e, sem deixar de mencionar, pelos inúmeros programas municipais que marcaram profundamente o tecido desses assentamentos e de toda a cidade do Rio de Janeiro. A ação do estado era o norteador para pensar o complexo espaço da favela, seja ela relativo à habitação ou a qualquer outro elemento urbano deste.

Porém, ao longo dos últimos anos, vemos uma ampliação dessa noção e um deslocamento do olhar e da ação em favelas na capital carioca em função do elemento constituinte mais significativo desse complexo urbano, muitas vezes ignorado: a sua própria população, os



pesquisadores e agentes locais residentes nas favelas. O conjunto de moradores e suas representações sociais organizadas passa a questionar, criticar, refazer e a propor uma maneira de ver, compreender e agir na favela. O principal questionamento da população moradora da favela, principalmente naquelas organizadas socialmente, é exatamente a representação dos assentamentos populares de maneira estigmatizada, a visão de “ausência” como constituinte, a “invenção” e a visão homogênea que se faz deles, ignorando as inúmeras diferenças urbanas de cada assentamento: favelas em morros, em grotas, em planícies, na beira de rios, linhas de trem, loteamentos irregulares e clandestinos, mais ou menos adensadas, etc. Esse deslocamento está inserido no que chamamos de planejamento insurgente, como aponta Faranak Miraftab (2016) ou mesmo como um urbanismo pelo avesso, como nos diz Coutinho (2006), reivindicando o protagonismo dos próprios moradores da favela em relação ao complexo tecido urbano desses assentamentos, seja em políticas públicas, seja na representação do que é a favela, seja na maneira como realizam e vem realizando transformações em seu espaço.

No livro intitulado “O que é favela, afinal?”, que tem como organizadores integrantes e do Observatório de Favelas - importante centro de pesquisa, reflexão e ação sobre a favela no Rio de Janeiro² - como Jailson de Souza e Silva, aponta-se:

Acreditamos que uma definição de favela não deve ser construída em torno do que ela não possui em relação ao modelo dominante de cidade. Pelo contrário, elas devem ser reconhecidas em sua especificidade sócio-territorial e servirem de referencia para a elaboração de políticas públicas apropriadas a estes territórios (SILVA, J. S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. O.; FERNANDES, F. L., 2009, p. 22).

Partimos, portanto, da compreensão inicial que a sistematização de espaços e favelas e assentamentos populares tem como constituinte central a atuação da própria população e suas formas de organização nesse espaço. Afinal, o que os moradores dos assentamentos populares realizam em torno das áreas verdes existentes nas favelas? O que pensam as populações a respeito da dita “preservação ambiental” na favela? Não são, obviamente, alheios a isso. O anseio por áreas verdes é uma reivindicação histórica combinada com a moradia – ainda que muitas vezes negligenciada – frente as inúmeras “intervenções” já realizadas na favela pelo poder público: a criação de praças, espaços de lazer, a arborização urbana, a realização campos de futebol, quintais e hortas próximas a suas moradias.

² Para saber mais sobre o Observatório de Favelas ver o site da instituição, disponível em <https://observatoriodefavelas.org.br/>, acessado em 17/dez/ 2023.



Outro ponto de partida fundamental neste artigo é a compreensão do sentido ampliado do morar, considerando que a habitação não é o único elemento de maior importância em assentamentos populares como o próprio estado historicamente aponta e executa. O complexo tecido urbano das favelas já contava com inúmeros usos - além de moradias - há décadas. Por isso nos chama atenção Valladares (2000) ao propor “abandonar a visão simplista e idealizada que atribui às favelas uma função exclusivamente de moradia, para nos darmos conta de que se tornaram importantíssimos mercados de bens e serviços” (Valladares, 2000, p. 12). Cabe ressaltar, portanto, que a favela, em sua complexidade urbana, possui, guardadas as devidas especificidades, praticamente todos os elementos urbanos do restante da cidade: moradia, áreas comerciais, áreas de serviço, sistema viário e, não em menor tamanho, um Sistema de Espaços Livres (SEL). A compreensão do conceito de SEL que trazemos aqui é aquela que Magnoli (1982) e Macedo *et al.* (2018) propõem: sistema composto por espaços não edificados, livres de construção, ou seja, todos os espaços descobertos, sejam eles urbanos ou não, vegetados ou pavimentados, públicos ou privados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Partindo da noção de SEL, lancemos, um olhar sobre uma área específica do Sistema de Espaços Livres (SEL) que são as **áreas verdes** nas favelas da cidade do Rio de Janeiro. Já temos elementos sistematizados sobre isso - embora poucos - sendo mais efetivos os trabalhos que mapeiam e identificam o sistema em toda a cidade, tanto de SEL, quanto de áreas vegetadas. Importante destacar a pesquisa realizada pelo grupo interdisciplinar GRUPO SEL-RJ, que desde 2007 faz parte de uma rede nacional de pesquisadores que identifica o SEL em diversas metrópoles³. Vera Tângari (2022) nos mostra que o SEL da cidade do Rio de Janeiro tem como base geobiofísica três elementos principais: o Maciço da Pedra Branca, o Maciço da Tijuca e o Maciço de Gericinó, conforme mostra a **Figura 1**. Percebe-se também a conformação de porções de serras, de menor tamanho que os maciços, espalhados pelo município, como por exemplo a Serra da Misericórdia, Serra do Engenho Novo, Serra dos Coqueiros e a Serra da Posse.

Figura 1 – Suporte geobiofísico do município do Rio de Janeiro

³ Parte da pesquisa pode ser vista em:

<https://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/6438610/4222234/76SistemadeEspacosLivresdoRiodeJaneiro.pdf>, acessado em 18/12/2023 e também no artigo de Vera Tângari (2022).



arborização, mas poderiam incluir parques, praças e grandes áreas vegetadas, seja esta composta de vegetação nativas ou exótica. Sendo integrante do Sistemas de Espaços Livres, as áreas verdes são compostas do mesmo princípio do sistema que forma esses espaços na cidade: são fundamentais na constituição da paisagem urbana, configurando um subsistema em determinado recorte do tecido urbano. Nesse sentido, ele faz parte do ecossistema urbano e é por consequência um importante elemento do direito à cidade e à paisagem.

Outro entendimento importante para este levantamento inicial é a noção de **área de preservação ambiental** (APA) presente na legislação urbana do município do Rio de Janeiro. conforme o Plano Diretor de 2011⁴, as APAs são definidas como:

- I - Área de Relevante Interesse Ecológico – ARIE, área de domínio público ou privado, com pouca ou nenhuma ocupação humana, que tem como objetivo manter ecossistemas naturais e regular o uso admissível dessas áreas;
- II - Área de Proteção Ambiental - APA, área de domínio público ou privado, com um certo grau de ocupação humana, dotada de características ecológicas e paisagísticas importantes para a qualidade de vida, que tem como objetivos proteger a diversidade biológica e disciplinar o processo de ocupação da área;
- III - Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana - APARU, de domínio público ou privado, que apresenta as características descritas no inciso anterior e depende de ações do Poder Público para a regulação do uso e ocupação do solo e restauração de suas condições ecológicas e urbanas; (LEI COMPLEMENTAR N.º 111 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011, Artigo 110, Parágrafo 3º, As Unidades de Uso Sustentável).

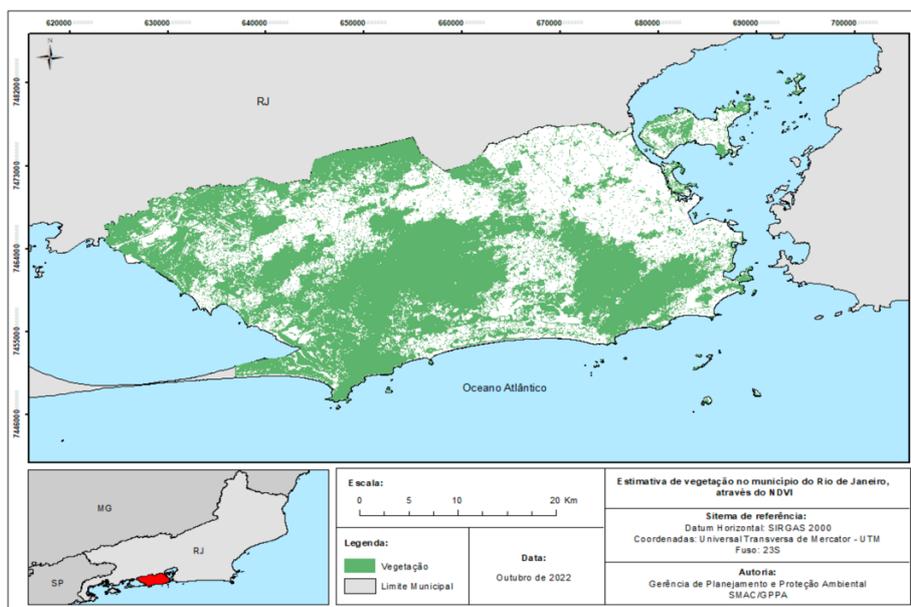
A definição das APAs na cidade impacta a forma como o município e seus órgãos de controle encaram os assentamentos populares e favelas que ocupam as áreas protegidas. O município acaba sendo mais suscetível à pressão do discurso ambiental que é instrumentalizado contra as favelas à medida que essas áreas de proteção são mais restritivas à ocupação, conforme Compans (2007). Nesse sentido a pesquisa organizado por Eliane Bessa (2015), cujo teor discute a coexistência possível entre favelas e preservação, aponta que uma grande parcela de áreas verdes na cidade do Rio de Janeiro é ocupada por favelas. A autora destaca a importância de estas serem mapeadas de maneira mais detalhada, discutindo a delicada relação entre moradias de assentamentos populares e preservação ambiental.

Também vale destacar o mapeamento da vegetação intraurbana realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Clima da cidade do Rio de Janeiro, utilizando o Índice de Vegetação por

⁴ Trazemos os dados do Plano Diretor de 2011, tendo em vista que o atual plano foi construído a partir de 2021/2022 e acaba de ser aprovado na câmara de vereadores da cidade, em dezembro de 2023. Não temos informações sistematizadas para uma leitura apurada de como o Plano Diretor de 2023 trata das APAs no município. Esta leitura será feita ao longo da pesquisa de doutorado.

Diferença Normalizada (NDVI) a partir de imagens de satélite⁵. Conforme a metodologia do índice, trata-se de mapeamento realizado através das imagens do Sentinel 2A, da EMBRAPA, cuja resolução espacial é de 10m e possui material fornecido gratuitamente. Abaixo na **Figura 2** temos o mapeamento geral da cidade realizado pela Secretaria de Meio Ambiente e Clima do Rio de Janeiro usando essa metodologia.

Figura 2 – Mapeamento baseado no NDVI de outubro de 2022 da cidade do Rio de Janeiro (cobertura vegetal aproximada)



Fonte: Nota Técnica No. 43 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Clima/ Rio de Janeiro

E por fim, destacamos o conceito de **grupo sócio-espacial** de Silke Kapp (2018), cuja definição reconhece que existem "*grupo de pessoas que se relacionam entre si num espaço, sendo este espaço constitutivo do grupo e, inversamente, constituído por ele*" (Kapp, 2018, p. 223), compreendendo que cada grupo é único e possui especificidades próprias em relação ao espaço que constituem, corroborando com a visão da pluralidade das favelas e assentamentos populares nos centros urbanos.

⁵ Para mais detalhes ver a Nota Técnica elaborada pela própria Secretaria, que consiste na explicação dos métodos utilizados para realizar essa identificação em todo território do município, disponível em: <https://www.data.rio/documents/PCRJ::nota-t%C3%A9cnica-43-procedimentos-metodol%C3%B3gicos-a-partir-de-ndvi-para-identifica%C3%A7%C3%A3o-de-vegeta%C3%A7%C3%A3o-intraurbana-na-cidade-do-rio-de-janeiro-junho-2023/about>, acessada em 18/12/2023.



3 ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS

As populações de assentamentos populares na cidade do Rio de Janeiro encontram suas próprias maneiras de compreender, realizar e preservar seu sistema de espaços livres e, por sua vez, de suas áreas verdes. Seja da simples manutenção do campinho de futebol, do plantio de plantas medicinais no quintal ou até mesmo da realização de ações sistemáticas de preservação de áreas próximas a sua moradia. Este levantamento inicial procura mostrar a diversidade de ações organizadas e conscientes acerca dessas particularidades de cada grupo sócio-espacial. A estratégia metodológica para o mapeamento inicial dessas experiências foi a realização de entrevistas exploratórias, conforme aponta Kapp (2021), com lideranças de assentamentos populares e favelas que praticam ações de preservação e das quais tenho contato através do trabalho de assessoria técnica que realizo junto aos movimentos sociais urbanos no Estado do Rio de Janeiro. Foram feitas entrevistas exploratórias com representantes da Rede CAU, Teia de Solidariedade da Zona Oeste, Coletiva Popular de Mulheres da Zona Oeste e com lideranças da Comunidade do Horto. Num segundo momento, essas áreas serão mapeadas através de uso de GIS (Sistema de Informações Geográficas), visitas de campo e oficinas colaborativas com lideranças desses grupos sócio-espaciais que podem incluir dispositivos de cartografias sociais e uso de interfaces de trabalho conjunto, como maquetes do relevo e das bacias hidrográficas.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

As iniciativas espontâneas da população na cidade do Rio de Janeiro, em busca do seu próprio conceito de preservar, manter ou recuperar espaços verdes de favelas e assentamentos populares, surgem realizando experimentações ou mesmo implementando saberes intuitivos, por vezes do senso comum ou por vezes utilizando conhecimento parcial da engenharia urbana. Algumas dessas ações podem se relacionar com saberes ancestrais e de populações tradicionais, de maneira a consolidar ou resgatar práticas usadas em outros momentos. Outras utilizam uma rede multidisciplinar de assessores e assistentes técnicos que com elas elaboram e realizam práticas do saber técnico da engenharia urbana, da arquitetura da paisagem, da agroecologia e do urbanismo em suas ações. Dentre as práticas organizadas por moradores de favelas e assentamentos populares na cidade pesquisadas podemos citar:



4.1 Projeto Verdejar

O Projeto Verdejar, na Serra da Misericórdia, Zona Norte do Rio de Janeiro, segundo depoimento de seu integrante⁶, nasce por volta de 1997, na Favela Engenho da Rainha. Possui práticas em torno da ajuda-mútua (mutirão) de limpeza, reflorestamento da Serra da Misericórdia e preservação de áreas verdes próximo à favela. Pautada em realizar gestão ambiental comunitária, nas palavras de seus impulsionadores, o projeto se identifica como uma construção forjada ao longo do tempo, cujos elementos da práxis foram sendo incorporados à medida que as necessidades surgiam para população. Conforme verbete encontrado no site Agroecologia em Rede, ela se define como:

Através de ações de educação, preservação, recuperação e gestão ambiental no maciço da Serra da Misericórdia - a última área verde da zona norte da cidade do Rio de Janeiro, e comunidades de seu entorno, busca valorizar a cultura, saberes e vivências de seus habitantes, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável local.

(Disponível em <https://agroecologiaemrede.org.br/organizacao/verdejar-socioambiental/>, acessado em 18/12/2023).

4.2 Rede Carioca de Agricultura Urbana – Rede CAU

A Rede CAU entende-se, conforme definição de verbete encontrado no Plano Popular Alternativo ao Desenvolvimento - **PPAD**, disponível em <http://ppad.org.br/coletivo/rede-cau-rede-carioca-de-agricultura-urbana>, acessado em 18/12/2023, como “um movimento social que agrega pessoas e organizações para a defesa da agroecologia nas cidades. Atua junto aos quintais produtivos e lavouras, defende o consumo ético e responsável, como dimensão de luta campo-cidade, e na adequação e no acesso às políticas públicas”. Difundem o conceito de quintais produtivos, cuja intenção é a partir do plantio dentro do próprio quintal existir a produção agroecológica local, que possa servir como elemento de renda de pequenos agricultores urbanos. Possui iniciativas em várias regiões da cidade, mas atua com mais vigor com os produtores da região das Vargens e em regiões do Maciço da Pedra Branca, como Rio da Prata.

Como integrantes há diversos agricultores urbanos que formam uma rede de trocas, de vendas em feiras – como a Feira Agroecológica das Vargens e de Campo Grande - de atividades de lazer e realização de colheitas sazonais coletivas - como o Tira Caqui no Rio da Prata. Ao mesmo tempo

⁶ Esses depoimentos podem ser vistos em vídeo disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=hn8vh6OoozY>, acessado em 18/12/2023.



enfrentam a diminuição das áreas de plantio agroecológico devido a tensão constante pela transformação de áreas rurais em áreas urbanas, gerando um intenso aumento de loteamentos residenciais em toda a região das Vargens e Campo Grande.

4.3 Comunidade do Vale do Encantado

Localizada no Alto da Boa Vista, na região sul da cidade, a favela do Vale Encantado é conhecido pela proposta de tratamento de esgoto comunitário que foi realizado para atender as cerca de 40 famílias que moravam no local em 27 casas, após serem considerados como ameaça ambiental em ação promovida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a Prefeitura do Rio de Janeiro. Em 2015, após uma longa relação entre população e assessores técnicos, os moradores conseguem o financiamento para uma biossistema de saneamento ecológico. Em 2022 o sistema é implantado por completo para atender as 27 casas da favela. A experiência da Comunidade do Vale Encantado tem relações maiores com troca de conhecimento entre moradores e técnicos ligados ao ativismo ambiental em urbanismo e engenharia, principalmente nos temas como saneamento ecológico e infraestrutura verde.

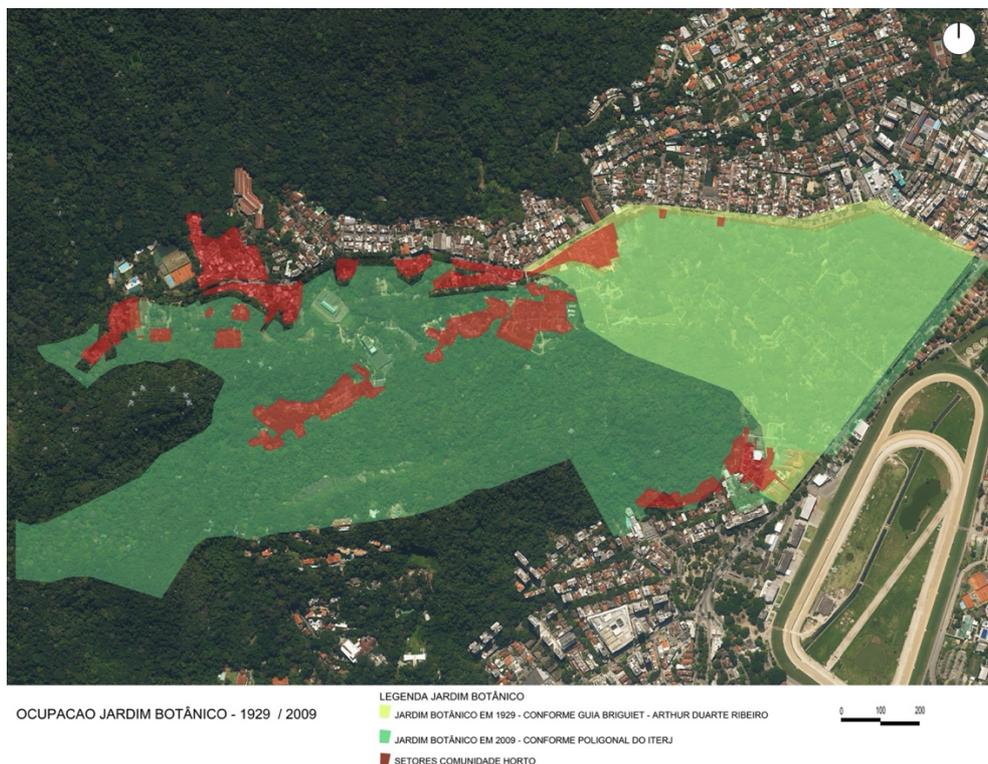
4.4 Comunidade do Horto

A Comunidade do Horto Florestal está localizada no bairro Jardim Botânico, da região administrativa da Lagoa, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro. É formada por 11 setores habitacionais, composto de 621 famílias, distribuídas ao longo da Av. Pacheco Leão e da entrada próxima à R. Major Rubens Vaz do que hoje reconhecemos com o Jardim Botânico da Cidade do Rio de Janeiro.

Conforme Laura Olivieri Souza (2012) e Mendonça (sem data) a Comunidade do Horto Florestal remete a uma ocupação de mais de 200 anos de história. A caracterização adotada pela proposta do Projeto de Regularização Cadastral e Fundiária realizada pelo UFRJ/LabHab, aponta que as famílias totalizam cerca de 2000 moradores, configurando um território consolidado "*física e funcionalmente integrado ao contexto urbano local*" (Projeto de Regularização Cadastral e Fundiária, 2011). Também segundo Mendonça a população é composta em sua maioria de pessoas idosas e de baixa renda (Mendonça, sem data, p. 14). A seguir o mapa dos setores na

Figura 3:

Figura 3 – Mapa dos setores da Comunidade do Horto, sobreposta à área de ocupação alegada pelo IPJB em dois momentos históricos distintos



Fonte: A autora, a partir de foto aérea Google Earth, do Projeto de Regularização Cadastral e Fundiária, UFRJ/LabHab, 2011 e de mapas do ITERJ

Esse mapa de setores foi realizado tomando como base a divisão territorial proposta pelo Projeto de Regularização Cadastral e Fundiária realizada pelo UFRJ/LabHab, no entanto, considerando pequenas alterações entre a base cadastral antiga de 2011 e a de 2013.

Recentemente, a partir da luta dos seus moradores e da pressão na Câmara de Vereadores da Cidade do Rio de Janeiro, a Comunidade Horto Florestal conseguiu a implementação de uma AEIS (Área de Especial Interesse Social) para os 11 setores, aprovando a Lei Municipal 7184/2021, configurando assim um importante passo para o reconhecimento e legitimação da sua ocupação histórica.

Tanto para Mendonça, quanto para Mariana Costa (2014) as tensões em função da luta pela permanência da Comunidade do Horto hoje no bairro vêm de outras épocas. Em sua dissertação a autora relata que as classes médias em ascensão da Gávea, ainda no final do século XIX, reclamavam à imprensa da presença operária nos bairros e pediam que o bonde, já implantado parcialmente, fosse somente até os moradores que podiam pagar. A autora revela que a atitude "mostrava a própria tensão social que passava a se estabelecer naquele espaço através da convivência de diferentes grupos sociais nessas regiões" (COSTA, 2014, p. 43). Para Mendonça



a tensão se confunde a partir do próprio conflito de estratificação espacial característico da urbanização da cidade do Rio de Janeiro: a dicotomia entre zonal sul x subúrbio.

A luta pela permanência da Comunidade do Horto no território que está hoje se caracteriza como um conflito fundiário entre o IPJB, que alega esse espaço ser a área do Horto Florestal e que a ocupação pela comunidade é incompatível com os fins do Instituto. A Comunidade, por sua vez tece relações com apoiadores para sua permanência, organizando reuniões, a criação de um museu de memória, a criação de rede de cooperação técnica entre universidades, destacando-se aí a cooperação com a PUC-Rio e participa ativamente de programas da Prefeitura do Rio de Janeiro que propõe ações de restauração de áreas verdes junto à população, como o Programa Guardião dos Rios⁷ e o Programa Mutirão Reflorestamento⁸ dentro das áreas verdes ao redor dos núcleos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Compans (2007) o discurso técnico-científico de que numa cidade como Rio de Janeiro - assentada quase integralmente no que é conhecido geograficamente como formação de mar de morros - não se pode ocupar áreas de preservação ambiental é instrumentalizado para justificar remoções e vez ou outra aparece – amparada por interesses privados e contrários aos moradores de favelas - como forma de pressão dirigida ao poder público pela remoção das favelas. Ao mesmo tempo, conforme a autora, condomínios de luxo são construídos sem nenhum questionamento em áreas de preservação. Gera-se assim a disseminação de que favela e preservação ambiental são antagônicas. Ou ainda, de que a moradia para a classe trabalhadora e ocupação de áreas verdes são incompatíveis, trazendo à tona a questão de classe que envolve o estigma da favela e o ecossistema urbano.

⁷ Realizado pela Secretaria de Municipal de Meio Ambiente desde 2001 consiste na ação em conjunto da prefeitura e de equipes de mutirantes para a limpeza manual das calhas hídricas dos rios que tenham sofrido acentuado assoreamento ou acúmulo de resíduos sólidos. A ação inicial conta com um agente ambiental que é responsável por promover ações de conscientização junto a população e depois com trabalhadores que realizam a limpeza, podendo estes serem do próprio assentamento onde a ação acontece.

⁸ O Programa Mutirão Reflorestamento foi criado em 1986 para evitar a erosão das margens dos rios e estuários por meio do plantio nas áreas de preservação permanente, diminuindo a vulnerabilidade destas. Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro, a iniciativa melhora o clima urbano, reduzindo as ilhas de calor, e promove empregos verdes. Mais de 10 milhões de mudas teriam sido plantadas em mais de 35 anos do projeto, conforme informações retiradas do site da prefeitura.



As experiências aqui listadas, no entanto, demonstram que os assentamentos populares e favelas na cidade do Rio de Janeiro realizam práxis na tentativa de aliar direito a moradia e direito a paisagem das mais variadas maneiras, buscando conciliar *habitat* humano com a existência de áreas verdes em grandes metrópoles. Sua visão sobre direito a paisagem está intrinsicamente ligada à noção de moradia e permanência no espaço urbano. Desde a articulação de pequenos agricultores urbanos em rede, passando por propostas de reflorestamento, saneamento ecológico e chegando até a disputa pela regularização fundiária em região de classe média alta da cidade, essas experiências conformam, cada uma a sua maneira, a compreensão do direito à paisagem de múltiplos olhares, com especial atenção para a delicada situação desses assentamentos e suas características de carência em inúmeros aspectos.

Por outro lado, as experiências carregam em si fragilidades e contradições próprias de experiências espontâneas que comumente envolvem iniciativas impulsionadas pela população através de suas organizações sociais. Como aponta Carlos Nelson Ferreira dos Santos (1981) os movimentos sociais urbanos estabelecem relações de conflito em muitas das ações que encampam, próprias do processo espinhoso de organização popular. Para o autor, cujo livro nos dá um riquíssimo material do que foram as primeiras experiências como assessor técnico aos movimentos sociais urbanos, é preciso romper a visão romantizada acerca das iniciativas populares e empreender um olhar atento e crítico ao processo que for estabelecido entre técnicos e população, na intenção de compreender a capacidade de superação dos conflitos desses assentamentos com a noção hegemônica de cidade, que nega ou relega a existência de favelas e assentamentos populares.

REFERÊNCIAS

BESSA, E. da S.; OLIVEIRA, B. B.; LAINO, C. F. N.; FIALHO, V. FAVELA E PRESERVAÇÃO DE ÁREAS VERDES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO: É POSSÍVEL COEXISTIREM? **Revista Científica ANAP Brasil**, [S. l.], v. 8, n. 12, 2015. DOI: 10.17271/1984324081220151137. Disponível em: https://publicacoes.amigosdanatureza.org.br/index.php/anap_brasil/article/view/1137.

Acesso em: 19 nov. 2023.

CAVALHEIRO, Felisberto et al. Proposição de terminologia para o verde urbano. **Boletim Informativo Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro: SBAU, ano VII, n.3, p.7, jul./ago./set. 1999.

COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 9, n. 1, p. 83, 2007. DOI: 10.22296/2317-1529.2007v9n1p83. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/172>. Acesso em: 20 nov. 2023.



COSTA, Mariana B. C. **Entre o Lazer e a Luta: o associativismo recreativo entre os trabalhadores fabris do Jardim Botânico (1895-1917)**. (Dissertação de Mestrado) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. 2014.

COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. **A cidade pelo avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley, PROURB, 2006.

KAAP, Silke. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v.20, n.2, p.221-236, 2018.

KAAP, Silke. Entrevistas na pesquisa sócio-espacial. In **Moradia e outras margens / vol. 2**. Belo Horizonte: MOM, 2021, p. 95-126.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 1983.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

MACEDO, S. S., Queiroga, E. F., Campos, A. C. M. de A., Cossia, D., Gonçalves, F. M., Robba, F., et al. Considerações preliminares sobre o sistema de espaços livres e a constituição da esfera pública no Brasil. In Tângari, V., Schlee M. B., & Andrade, R. (org.) **Sistema de espaços livres: o cotidiano, ausências e apropriações**. Rio de Janeiro: FAU/UFRJ-PROARQ, 2009.

MACEDO, S. S., Queiroga, E. F., Campos, A. C. A., Galender, F. C., & Custódio, V. **Os sistemas de espaços livres e a constituição da esfera pública contemporânea no Brasil**. São Paulo: Edusp, 2018.

MAGNOLI, Miranda M. E. M. **Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana**. Tese (Livre-docência) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo: 1982.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução, a arquitetura possível. In: MARICATO, Ermínia (org.). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Ed. Alfa-ômega, 1982, p. 71-93.

MENDONÇA, Rafael da Mota. **Horto Florestal do Rio de Janeiro: uma crônica de avanços e retrocessos em um processo de regularização fundiária**. Rio de Janeiro: sem data. Dossiê para registro de atividades de Extensão da PUC-Rio, Faculdade de Direito.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano | Insurgency, planning and the prospect of a humane urbanism. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI: 10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SOUZA, Laura Olivieri. **Horto Florestal: um lugar de memória da cidade do Rio de Janeiro – a construção do Museu do Horto e seu correspondente projeto social de memória**. Tese de doutorado, Puc-Rio, Rio de Janeiro, 2012.

QUEIROGA, E. F. Sistemas de espaços livres e esfera pública em metrópoles brasileiras. Resgate: **Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, SP, v. 19, n. 1, p. 25–35, 2012. DOI: 10.20396/resgate.v19i21.8645703. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645703>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Movimentos urbanos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TÂNGARI, V. R. Os sistemas de espaços livres como instrumento de leitura da morfologia urbana e suas implicações sócio ambientais no Município do Rio de Janeiro. **Revista de Morfologia**



Urbana, [S. l.], v. 10, n. 1, 2022. DOI: 10.47235/rmu.v10i1.246. Disponível em: <https://revistademorfologiaurbana.org/index.php/rmu/article/view/246>. Acesso em: 21 nov. 2023.

VALLADARES, Licia do Prado. **A Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais**. Rio de Janeiro: Revista brasileira de Ciências Sociais, Vol. 15, n.º. 44, 2000.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VELHO, Otavio Guilherme (ORG). O fenômeno urbano. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

LEI COMPLEMENTAR N.º 111 DE 1º DE FEVEREIRO DE 2011 – Plano Diretor do Município do Rio de Janeiro de 2011.